

Velhice e o curso da vida pós-moderno

PÓS

A expressão “curso da vida pós-moderno” foi cunhada por Harry R. Moody para dar conta das mudanças que, a partir dos anos 70, deram novas configurações às etapas em que a vida se desdobra, embaçando as fronteiras estabelecidas entre os comportamentos tidos até então como adequados aos diferentes grupos etários.

Para tratar dos significados da velhice no curso da vida pós-moderno, o autor utiliza dois filmes com representações radicalmente opostas da experiência de envelhecimento. O primeiro, *Make Way for Tomorrow*, produzido em 1937, apresenta o drama de um casal de velhos que, forçado a vender a sua casa e impedido de morar com os filhos, tem como alternativa aguardar a morte num asilo.

GUITA GRIN DEBERT é professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e autora de *Ideologia e Populismo* e *Quando a Vítima é Mulher*. Atualmente é coordenadora do Projeto Integrado Experiência de Envelhecimento e as Mudanças no Curso da Vida, financiado pelo CNPq.



Nesse filme, mais uma vez, a violência da lógica que organiza as práticas de desenvolvimento urbano é combinada com a tragédia dos velhos para expressar a brutalidade envolvida na concretização dos ideais da modernidade.

Cocoon, produzido nos anos 80, apresenta uma comunidade de aposentados que descobrem acidentalmente técnicas extraterrestres de rejuvenescimento e, com muito entusiasmo, passam a desafiar a decadência física e o desprezo com que seu grupo é tratado. Evocando símbolos de longevidade e imortalidade, esse filme substitui o pessimismo do primeiro, abrindo espaço para o que Moody chamará de *ethos* pós-moderno, que se empenha na negação dos determinismos biológicos, físicos, psicológicos e sociais.

Quase meio século separa um filme do outro, mas, de acordo com o autor, a diferença entre eles não é a diferença entre a tragédia e a ficção científica, entre a crítica social e a comédia. O tratamento dado à velhice nos dois filmes reflete uma mudança mais ampla no curso da vida humana, descrita por Bernice Neugarten como a passagem para uma sociedade em que as idades são irrelevantes. O próprio da cultura pós-moderna é a promessa de que é possível escapar dos constrangimentos, dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades. Moody considera, ainda, que é preciso tempo para que possamos avaliar o caráter dessas mudanças. Seria essa promessa uma ilusão ou uma esperança realista a indicar mudanças libertárias?

Olhar para as representações sobre a velhice no Brasil da década de 90 é atestar a presença dos dramas que se expressam sobretudo nas imagens de idosos abandonados nos asilos ou em filas monumentais à espera do dinheiro minguado da aposentadoria. Entretanto, essas imagens convivem com as representações da velhice grati-

ficante, vibrante e produtiva, que ganha expressão quando estão em jogo os programas para a terceira idade, como suas universidades e grupos de convivência e de lazer. Esses espaços possibilitam que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente. Neles é encorajada a busca da auto-expressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude. Esses programas emergem num contexto em que um conjunto de discursos amplamente divulgados pela mídia se empenha em desestabilizar expectativas e imagens tradicionalmente associadas ao avanço da idade, enfatizando que esta não é um marcador pertinente de comportamentos e estilos de vida e divulgando uma série de receitas como técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes, e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar, apesar da idade.

O objetivo deste artigo é mostrar que a maneira pela qual essas imagens aparentemente antagônicas são mescladas leva ao que venho chamando de “reprivatização da velhice”, processo em que seus dramas se transformam em responsabilidades dos indivíduos que negligenciaram seus corpos e foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras.

Entendendo que as idades são formas de classificação e separação dos seres humanos, o argumento central é que a avaliação do caráter das transformações no curso da vida – do caráter ilusório ou realista das promessas libertárias sugeridas – só ganha sentido se a atenção se voltar para o modo como a partir delas a solidariedade entre gerações é redefinida e para as hierarquias sociais que essas transformações põem em ação.

Sabemos que o modo pelo qual a vida é periodizada e o tipo de sensibilidade investida na relação entre as diferentes faixas etárias são uma dimensão central para a compreensão das formas de produção e reprodução da vida social. A análise das categorias e dos grupos de idade é parte importante do fazer antropológico preocu-

pado em dar conta dos tipos de organização social, das formas de controle de recursos políticos e das representações sociais.

A periodização da vida tem sido, no entanto, um tema pouco estudado quando o foco é a nossa própria sociedade, e por isso a idéia de curso da vida pós-moderno faz um convite irrecusável para olharmos com mais atenção em direção às mudanças recentes nos grupos e nas categorias etárias. O interesse deste artigo é, contudo, problematizar a caracterização feita dessas mudanças em duas direções. Por um lado, sugerindo que o embaçamento das diferenças de idade é concomitante a outro movimento, aparentemente inverso, que torna as idades aspectos privilegiados na criação de atores políticos e na definição de mercados de consumo. Por outro lado, considerando que é preciso atentar para o modo como se opera uma dissociação entre a juventude e uma faixa etária específica e a transformação da juventude em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados.

Abordar a velhice na experiência contemporânea é descrever um contexto em que as imagens e os espaços abertos para uma velhice bem-sucedida não levam necessariamente a uma atitude mais tolerante com os velhos, mas sim, e antes de tudo, a um compromisso com um tipo determinado de envelhecimento positivo

PRÉ-MODERNIDADE, MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Se a expressão “curso da vida pós-moderno” convida a um olhar atento para os períodos em que a vida se desdobra, este não é um convite original. Anthony Seeger, em *Os Índios e Nós*, publicado em 1980, conclui o capítulo sobre “Os Velhos nas Sociedades Tribais” considerando que, com “melhores análises e melhores informações, poderemos realizar análises novas, melho-

res e mais sensíveis de áreas do estudo das sociedades humanas que têm sido negligenciadas” (p. 79). Na mesma direção, Anne-Marie Peatrik, na introdução que faz à revista *L’Homme* de 1995, dedicada às Idades e Gerações, afirma: “*Dans l’éventail des modes de sociation mis en oeuvre par le genre humain, les critères d’âge et de génération n’ont pas encore reçu toute l’attention qu’ils méritent*” (p. 11).

Pensar nas mudanças no curso da vida nas sociedades ocidentais contemporâneas tem levado autores a considerarem que a história desta civilização estaria marcada por três etapas sucessivas, em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade cronológica seria menos relevante do que o *status* da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário.

Quando se discutem as idades na pré-modernidade, geralmente a referência é a obra de Ariès (1991) e a de Elias (1990). Em seu estudo sobre a infância, Ariès mostrou como esta categoria foi sendo construída a partir do século XIII, ampliando a distância que separava as crianças dos adultos. Na França medieval, as crianças não eram separadas do mundo adulto; a partir do momento em que sua capacidade física permitisse e em idade relativamente prematura, participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social. A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente esta fase passou a ser tratada de uma forma específica. Roupas e maneiras adequadas, jogos, brincadeiras e outras atividades passaram a distinguir a criança do adulto. Instituições específicas, como as escolas, foram criadas e encarregadas de atender e preparar a população infantil para a idade adulta.

Contra a visão que considera que as crianças no passado comportavam-se como adultos responsáveis, Elias (1990), em seu

trabalho sobre o processo civilizatório, sugere que o comportamento dos adultos na Idade Média era muito mais solto e espontâneo. Os controles sobre as emoções eram menos acentuados e sua expressão, como ocorre com as crianças, não carregava culpa ou vergonha. A modernidade teria aumentado a distância entre adultos e crianças, não apenas por considerar a infância como uma fase de dependência, mas também pela construção do adulto como um ser independente, com maturidade psicológica e com direitos e deveres de cidadania.

Tratar das transformações históricas ocorridas com a modernização é também chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso de vida uma de suas dimensões fundamentais. Estágios foram claramente definidos e separados e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica. É nesse sentido que a expressão “cronologização da vida” é usada por Kohli e Meyer (1986) para caracterizar as transformações na forma como a vida é periodizada, no tempo de transição de uma etapa para outra, na sensibilidade investida em cada um dos estágios, mas também para definir o caráter do curso da vida como instituição social. Essa institucionalização crescente teria envolvido praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos.

Na explicitação das razões que levaram à cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser pensada como resposta às mudanças econômicas, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra baseada no mercado de trabalho. Inversamente, ênfase pode ser dada ao Estado moderno que – na transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de

ordem pública – seria, por excelência, a instituição orientadora do curso da vida, regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria (1).

É, entretanto, para o processo de des-cronologização que se voltam as pesquisas interessadas na identificação das rupturas com a modernidade que caracterizam a experiência contemporânea. Trata-se de perguntar se a idéia de papéis seqüenciados, extremamente divididos por idades, captaria a realidade social de uma sociedade que atinge o nível de desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea. É essa questão que leva Held (1986) a propor que uma das características marcantes da experiência pós-moderna seria a “desinstitucionalização” ou a “descronologização da vida”. Sua argumentação terá como base as mudanças ocorridas no processo produtivo, no domínio da família e na configuração das unidades domésticas.

As mudanças ocorridas na produção – principalmente aquelas relacionadas com a informatização, a velocidade na implementação de novas tecnologias e a rapidez na obsolescência das técnicas produtivas e administrativas – fazem com que a relação entre as grades de idade e a carreira sejam obliteradas, à medida que conhecimentos anteriormente adquiridos freqüentemente tornam-se obstáculos para a abertura e adaptação às inovações.

No domínio da família, desenvolvimentos recentes na distribuição de eventos demográficos como casamentos, maternidade, divórcios e tipos de unidade doméstica apontariam uma sociedade em que a idade cronológica é irrelevante: mais do que mudanças de uma forma para outra, teríamos uma variedade nas idades do casamento, do nascimento dos filhos e nas diferenças de idades de pais e filhos. As obrigações familiares tenderiam a se desligar da idade cronológica. A mesma geração, em termos de parentesco, apresenta uma variedade cada vez maior em relação à idade cronológica (mães pela primeira vez



1 Obviamente, quando se procura estabelecer uma relação entre modernidade e cronologização da vida, é preciso levar em conta as variações nas etapas e na extensão em que o seu curso é periodizado em sociedades modernas distintas, bem como o tipo de seqüência cronológica que caracteriza a experiência de diferentes grupos sociais em uma mesma sociedade; é, sobretudo, importante refletir na especificidade do curso da vida das mulheres.

aos 16 e aos 45 anos), e gerações sucessivas, do ponto de vista da família, pertencem ao mesmo grupo de idade como, por exemplo, mães e avós na mesma faixa etária.

O estabelecimento de uma unidade doméstica independente pode ocorrer em qualquer idade sem marcar, necessariamente, o início de uma nova família, de forma que pessoas de idades cronológicas muito distintas podem ter uma experiência similar em termos de situação de moradia.

O trabalho de Meyrowitz (1985) sobre o impacto da mídia eletrônica no comportamento social vai na mesma direção. Esse autor sugere que a mídia tende a integrar mundos informacionais que antes eram estanques, impondo novas formas de comportamento que apagam o que previamente era considerado o comportamento adequado a uma determinada faixa etária. As crianças ganham, cada vez mais, acesso ao que antes era visto como aspectos da vida adulta, posto que a mídia dissolve os controles que os adultos tinham sobre o tipo desejável de informação às faixas mais jovens. As informações disponíveis, os temas que são objeto de preocupação, a linguagem, as roupas, as formas de lazer tenderiam cada vez mais a perder uma marca etária específica.

O curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria. O apagamento das fronteiras que separavam juventude, vida adulta e velhice e das normas que indicavam o comportamento apropriado aos grupos de idade é, segundo Moody (1993), o reflexo de uma sociedade pós-fordista, marcada pela informatização da economia, pela desmassificação dos mercados de consumo, da política, da mídia e da cultura, e pela fluidez e multiplicidade de estilos de vida,

frutos de uma economia baseada mais no consumo do que na produtividade.

Dessa perspectiva, tratar do curso da vida pós-moderno exige a revisão da maneira pela qual um fato universal é explicado: a presença das diferenças de idade em todas as sociedades foi compreendida como fruto de uma necessidade da vida social, expressa em termos do processo de socialização. Assim como as várias capacidades físicas necessárias para o desempenho de determinadas atividades estão relacionadas a diferentes estágios de desenvolvimento biológico, pressupõe-se o aspecto cumulativo dos vários conhecimentos necessários ao preenchimento dos papéis sociais, cuja aquisição consome tempo e implica uma progressão etária (2).

Em outras palavras, a experiência contemporânea impõe a revisão das concepções da psicologia do desenvolvimento, em que o curso da vida é periodizado como uma seqüência evolutiva unilinear, em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, tem um caráter universal.

É certamente possível acionar um conjunto de exemplos para relativizar a radicalidade dessas transformações. As idades ainda são uma dimensão fundamental na organização social: a incorporação de mudanças dificilmente se faria sem uma nova cronologização da vida; seria um exagero supor que a idade deixou de ser um elemento fundamental na definição do *status* de uma pessoa.

Essa flexibilização e revolução dos parâmetros anteriores do que seriam os comportamentos adequados e direitos e deveres próprios a cada faixa etária são, contudo, acompanhadas da transformação das idades num laço simbólico privilegiado para a constituição de atores políticos e redefinição de mercados de consumo. O embaçamento das fronteiras entre as idades é um tema que ganhou recentemente destaque nas novelas de televisão, em que boa parte do enredo se organiza em torno dos conflitos envolvidos nas situações em que mães e filhas compartilham, simultaneamente, de eventos como o namoro, o casamento, a gravidez. Contudo, os dra-

2 Ver sobre o tema Eisenstadt (1976).

mas narrados só adquirem sentido porque as diferenças de idade e de geração são ainda elementos fundamentais na definição dos comportamentos esperados.

Os aposentados foram manchetes políticas em todos os jornais nos últimos meses e, apesar das diferenças em níveis de aposentadoria, o sentimento generalizado era o de que esta questão não poderia mais ser desconhecida pelo Estado como um tema específico. Jovens, crianças, adultos e idosos são categorias privilegiadas na produção da moda no vestuário, na criação de áreas específicas de saber e práticas profissionais e na definição de formas de lazer.

O estatuto do menor é um tema em debate. Ao discurso que demanda a incorporação às crianças de direitos tidos como próprios dos adultos é, com a mesma força, contraposto um outro que enfatiza sua situação de dependência. Da mesma forma, nas considerações de que a velhice é uma nova juventude, uma etapa produtiva da vida, é sempre reiterado o direito à aposentadoria, a partir de uma determinada idade cronológica. A idéia de que o idoso é vítima da pauperização, um ser abandonado pela família e alimentado pelo Estado, foi fundamental na sua transformação em ator político.

A afirmação da irracionalidade da razão, a crítica às pretensões universalistas e a valorização do pluralismo e do conhecimento local, próprios da pós-modernidade, certamente explicam a quebra da autoridade dos adultos. Contudo, poder-se-ia argumentar que esse é um fenômeno restrito, próprio de certos setores da classe média e não uma nova sensibilidade que se teria difundido na sociedade como um todo.

A dificuldade central na avaliação das formas como se processa o remapeamento do curso da vida parece estar na tendência de confundirmos níveis de maturidade e idade cronológica. O que parece caracterizar a experiência contemporânea é a radicalização da tendência, identificada por Meyer Fortes (1984) como própria à modernidade, de disjunção entre estágios de maturidade e idade cronológica. De uma perspectiva transcultural, este autor mostra a importância de estabelecermos distin-

ções entre as noções que servem como valores culturais e como princípios de organização social: ordem de nascimento, estágios de maturidade, idade geracional e idade cronológica. Confundir estas formas distintas de classificação é perder a oportunidade de observar como as diferentes sociedades se organizam em função delas e institucionalizam mecanismos capazes de resolver os conflitos que emergem da convivência entre esses valores e princípios diversos de hierarquização. As idades cronológicas se baseiam em um sistema de datação que está ausente da maioria das sociedades não-ocidentais e que só ganha relevância quando é crucial para o estabelecimento de direitos e deveres políticos; isto é, quando o *status* de cidadão ganha precedência sobre as relações familiares e de parentesco (esferas em que a ordem geracional é uma dimensão central) e, também, sobre outras características, como a estrutura física e os níveis de maturidade dos indivíduos. Os critérios e normas da idade cronológica são eficientes quando o ideário da igualdade e liberdade é posto em ação, não porque esse ideário esteja em sintonia com o aparato cultural que domina nossa reflexão sobre os estágios de maturidade, como a psicologia do desenvolvimento se empenha em nos fazer acreditar quando testemunhamos mudanças na legislação relativa às idades. A proibição do trabalho infantil está ancorada na legislação, as crianças devem estar na escola até uma idade determinada porque essa é uma imposição do Estado e seus pais estarão desrespeitando a lei se não fizerem com que seus filhos, independentemente de sua capacidade física e mental, a ela compareçam (3).

As idades são um mecanismo poderoso e eficiente na criação de mercados de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos, sobretudo porque têm independência e neutralidade na relação com os estágios de maturidade física e mental. Tratar das idades cronológicas é reconhecer que elas são um elemento fundamental na tarefa do Estado moderno, tão bem caracterizada por Michel Foucault, de estabelecer a ordem generalizando, classi-

3 Para uma análise detida da importância das colocações desse autor para o estudo do curso da vida e dos grupos e das categorias de idade ver G. G. Debert, 1998.

ficando e separando categorias.

A própria idéia de ciclo de vida, considera Anthony Giddens (1992), perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas com as gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobre e revive modos de vida das gerações predecessoras. Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade, e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise.

Seria, no entanto, ilusório pensar que a radicalização das configurações próprias da modernidade corresponde necessariamente a atitudes mais tolerantes em relação às idades. Sua característica marcante é sobretudo a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. As oposições entre o “jovem velho” e o “jovem jovem” e entre o “velho jovem” e o “velho velho” parecem ter se constituído em formas privilegiadas de estabelecer laços simbólicos entre indivíduos, em um mundo em que a obliteração das fronteiras entre os grupos é acompanhada de uma afirmação, cada vez mais intensa, da heterogeneidade e das particularidades locais.

É para o modo pelo qual, nesse contexto, a velhice é transformada em uma responsabilidade individual e, por isso, pode ser excluída do nosso campo de preocupações sociais, que interessa atentar, discutindo o caráter das novas etapas em que a vida adulta se desdobra.

A APOSENTADORIA E AS NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE O CORPO

Se a modernidade – como mostrou Ariès (1981) em seu estudo sobre a história social da família e da criança – assistiu à emergência de etapas intermediárias entre a infância e a idade adulta, assistimos, atualmente, a uma proliferação de etapas intermediárias de envelhecimento. “Meia-idade”, “terceira idade”, “aposentadoria ativa” são categorias empenhadas na produção de novos estilos de vida e na criação de mercados de consumo específicos. Rompendo com as expectativas tradicionalmente associadas aos estágios mais avançados da vida, cada uma destas etapas passa a indicar, a sua maneira, fases propícias para o prazer e para a realização de sonhos adiados em momentos anteriores.

A expressão “idade da loba” – que Regina Lemos (1995) consagrou no Brasil para descrever a mulher de quarenta anos – não deixa dúvidas de que essa pode ser a melhor metade da vida. Trazendo relatos de 96 mulheres, essa faixa etária é apresentada como um momento privilegiado para a descoberta de novas potencialidades, para o exercício da sedução, para a estréia no papel de mãe ou de profissional, para a inauguração de novos projetos e concretização de outros que tiveram de ser adiados (4).

A invenção da terceira idade revela uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão, como mostra Laslett (1987), não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com esse autor, essa invenção requer a existência de uma “comunidade de aposentados” com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que esse período é propício à realização e satisfação pessoal (5).

As mudanças na estrutura de emprego levaram a uma ampliação das camadas médias assalariadas e a novas expectativas

4 Sobre as imagens da velhice e do envelhecimento nas revistas *Cláudia* e *Playboy* ver: A. Pires, 1998.

5 Discuto as representações sobre a terceira idade em: G. G. Debert, 1997.

em relação à aposentadoria, que – englobando um contingente cada vez mais jovem da população – deixou de ser um marco na passagem para a velhice, uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo (6).

Lenoir (1979) mostra que, na França, a partir dos anos 70, um novo mercado da previdência é criado, transformando os fundos de pensão em agências financeiramente poderosas que, na condição de estarem entre os maiores investidores institucionais, têm o poder de ditar as regras e os ritmos dos mercados financeiros (7). A concorrência entre esses grupos financeiros leva-os não apenas a assegurar um rendimento mensal aos aposentados, mas também a oferecer uma série de outras vantagens e serviços, tais como férias, clubes e diferentes tipos de alojamento. Empregando profissionais em diferentes áreas de formação, na pesquisa das condições de vida e das necessidades dos velhos, essas instituições contribuíram ativamente para a invenção da terceira idade e inspiraram o trabalho com essa categoria em outros contextos, como no caso brasileiro (8).

Acompanha o crescimento desse mercado a criação de uma nova linguagem em oposição às antigas formas de tratamento dos velhos e aposentados: a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia. Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer. Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada. É nesse momento que surgem os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade como for-

mas de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos (9).

Essas novas formas de alocação do tempo dos aposentados emergem num contexto marcado pelas concepções autopreservacionistas do corpo e pela ênfase no caráter auto-infligido das doenças. Como mostra Giddens (1992, 1992a), é próprio da experiência contemporânea que a definição do eu, de quem sou e a adoção de estilos de vida se façam em meio a uma profusão de recursos: vários tipos de terapias, manuais de auto-ajuda, programas de televisão e artigos em revistas. A boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas podem possuir ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal. Expressão de mudanças culturais que redefinem a intimidade e a construção das identidades, o corpo tende a ser percebido como pura plasticidade. Suas imperfeições não são naturais nem imutáveis, mas com esforço disciplinado e o uso das tecnologias pode-se conquistar a aparência desejada; as rugas ou a flacidez se transformam em indícios de lassitude moral e devem ser tratadas com a ajuda dos cosméticos, da ginástica, das vitaminas, da indústria do lazer. Convencidos a assumir a responsabilidade pela sua própria aparência e bem-estar, os indivíduos são monitorados para exercer uma vigilância constante do corpo e são responsabilizados pela sua própria saúde, através da idéia de doenças auto-infligidas, resultantes de abusos corporais como a bebida, o fumo, a falta de exercícios.

A suposição de que a boa aparência é igual ao bem-estar, de que aqueles que conservam seus corpos através de dietas, exercícios e outros cuidados viverão mais, sem dúvida, demanda de cada indivíduo uma boa quantidade de “hedonismo calculado” (10).

Ao relacionar essas novas concepções do corpo e da saúde ao “projeto reflexivo do eu”, Giddens (1992a) argumenta, de maneira convincente, que elas não representam, necessariamente, um fechamento em relação ao mundo, como supõe a idéia de cultura narcisista. Essas mudanças esta-

6 Sobre a aposentadoria ver: G. G. Debertje, A. Simões, 1994.

7 No Brasil, com um patrimônio calculado em US\$ 18 bilhões, existem 250 fundos de pensão com 2 milhões de associados que, somados aos seus dependentes, totalizam 8 milhões. Até o final da década, a Associação Brasileira da Previdência Privada estima que esse número chegue a 40 milhões, com a criação de mais 750 fundações; no total seriam mil entidades patrocinadas por cerca de 8.100 empresas [cf. *Folha de S. Paulo*, 22/9/91].

8 Stucchi (1998), na análise que faz dos programas de preparação para a aposentadoria, mostra como os fundos de pensão das empresas estatais no Brasil tiveram esse papel ativo na promoção desses novos padrões de aposentadoria.

9 Sobre as Universidades da Terceira Idade ver: P. Guerreiro, 1993; M. A. Lima, 1998; M. Cachioni, 1998.

10 Cf. Featherstone, 1994. B. Turner, 1992, nessa mesma direção, opõe as novas concepções do corpo àquelas presentes no ideário místico e religioso mostrando que a recompensa pelo corpo ascético não é a salvação espiritual, mas a aparência embelezada, um eu mais disputado. Se, no ideário místico e religioso, as concepções sobre a vida sóbria e temperada tinham como referência uma defesa contra as tentações da carne, a subjugação do corpo através das rotinas de manutenção corporal é a pré-condição para a conquista de uma aparência mais aceitável, para a liberação da capacidade expressiva do corpo.

riam abrindo possibilidades para experiências mais gratificantes, para relacionamentos mais satisfatórios e igualitários com os outros, em sintonia com uma sociedade democrática ou, pelo menos, como um componente de mais igualdade e maior democracia. Olhar para os eventos associados à emergência de etapas intermediárias entre a vida adulta e a velhice é, sem dúvida, aplaudir o lado gratificante da experiência contemporânea que encoraja a diversidade. No caso da velhice, contudo, dificilmente poderíamos supor que há uma democratização das relações e uma tolerância maior com o corpo envelhecido. Quando o rejuvenescimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. A oferta constante de oportunidades para a renovação do corpo, das identidades e auto-imagens encobre os problemas próprios da idade mais avançada. O declínio inevitável do corpo, o corpo ingovernável que não responde às demandas da vontade individual é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade.

As hierarquias sociais envolvidas no uso das tecnologias de rejuvenescimento e o modo pelo qual o envelhecimento populacional se transforma num risco para a perpetuação da vida social colocam no centro do debate a questão da solidariedade entre gerações.

A REPRIVATIZAÇÃO DA VELHICE E A SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES

Tratar da solidariedade pública entre gerações é descrever a maneira pela qual a gestão da velhice é progressivamente socializada. Durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se trans-

forma em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório, é definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas. Um campo de saber específico – a gerontologia – é criado com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas no envelhecimento. Como consequência, tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas e uma nova categoria cultural é produzida: as pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão.

Nesse movimento que marca as sociedades modernas, a partir da segunda metade do século XIX, a etapa mais avançada da vida é caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. O avanço da idade como um processo contínuo de perdas e de dependência – em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono e de desprezo, como o casal de velhos que serviu para o tema do filme *Make Way for Tomorrow* – é parte constitutiva da socialização da gestão desta questão. Colocando em jogo múltiplas dimensões – que vão desde as iniciativas voltadas para propostas de formas de bem-estar que deveriam acompanhar o avanço das idades, até empreendimentos voltados para o cálculo dos custos financeiros que o envelhecimento da população trará para a contabilidade nacional –, essa representação é responsável por uma série de estereótipos negativos em relação aos velhos, mas é, também, um elemento fundamental para a legitimação de um conjunto de direitos sociais que levaram, por exemplo, à universalização da aposentadoria.

Como foi mostrado, a tendência contemporânea é a de se contrapor à representação do envelhecimento como um processo de perdas, promovendo a sua dissolução em vários estágios que passam a ser tratados como novos começos, como oportunidades a serem aproveitadas na exploração das identidades. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que pro-

piciariam aos mais velhos a oportunidade de adquirir mais conhecimentos e apostar em outros tipos de relacionamentos. Essas novas imagens transformam essa fase numa experiência de entusiasmo inédita que ganhou certamente a expressão mais caricatural no filme *Cocoon*.

Esse entusiasmo é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com os problemas da idade avançada. A imagem gratificante das etapas do envelhecimento não oferece instrumentos capazes de enfrentar os problemas envolvidos na perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais que estigmatizam o velho e que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania.

Ativas na reprivatização do envelhecimento, essas imagens emergem num momento em que o prolongamento da vida humana é, sem dúvida, um ganho coletivo, mas também tem se traduzido em uma ameaça à reprodução da vida social, num risco para o futuro da sociedade. As projeções sobre os custos da aposentadoria e da cobertura médica e assistencial do idoso são apresentadas como um problema nacional, indicador da inviabilidade de um sistema que em futuro próximo não poderá arcar com os gastos de atendimento, mesmo com serviços precários como no caso brasileiro.

Nas situações em que o desemprego e o subemprego atingem contingentes cada vez maiores da população mais jovem, os custos implicados na velhice, especialmente aqueles envolvidos nas fases mais avançadas da vida, crescem na mesma proporção dos avanços tecnológicos postos em ação para prolongar a vida humana. A imaginação dos *experts* em contabilidade pública não vai além da sugestão de que três tipos de medidas devem ser tomadas simultaneamente para garantir a viabilidade do sistema: diminuição dos gastos públicos, aumento dos impostos, diminuição dos vencimentos dos aposentados e aumento da idade da aposentadoria.

Como mostram Douglas e Wildavsky (1983), cada sociedade tem seu portfólio de riscos e estabelece uma combinação específica de confiança e medo. Na seleção dos perigos que merecem ser temidos, está envolvida uma estratégia de proteção e exclusão de valores e estilos de vida particulares.

Cabe, portanto, perguntar se a velhice permanecerá sendo um segredo desagradável que, como Elias (1987) mostrou, não queremos conhecer e para a qual encontramos formas cada vez mais sofisticadas de negar a existência. É possível, também, conforme Featherstone (1994), sugerir caminhos alternativos para enfrentá-la. O sonho que os avanços na pesquisa científica ofereçam soluções para o envelhecimento das células humanas ou que a tecnologia encontre formas capazes de minimizar os problemas da dependência na velhice ganha cada vez mais concretude.

O crescimento do número de aposentados foi seguido do aumento do seu poder político, de sua capacidade de exigir mais e implementar demandas políticas. Mas trabalhar, ter trabalhado ao longo da vida – no momento em que desenvolvimento econômico não significa aumento da demanda por mão-de-obra, em que a engenharia empresarial impõe que racionalizar é reduzir empregos – pode se transformar num privilégio e não ser mais um desgaste que mereça compensação.

Serão os velhos vistos como seres sedentários e inativos que consomem de maneira avassaladora tanto as heranças que poderiam ser alocadas para grupos mais jovens na família quanto os recursos públicos que deveriam ser distribuídos para outros setores da sociedade?

Por enquanto, o que se pode dizer com certeza é que, na busca de acessos privilegiados para a compreensão da experiência contemporânea, vale a pena olhar com mais atenção para as formas específicas em que se dá o remapeamento do curso da vida.

O convite que a idéia de pós-modernidade faz nesta direção é especialmente importante quando compartilhamos de duas outras certezas. Por um lado, sabemos que as previsões sobre o nosso futuro, princi-



palmente aquelas elaboradas pelos cientistas e que são amplamente divulgadas para o público leigo, tornam-se um elemento fundamental no modo como esse público programa suas vidas. Aprendemos, a duras penas, o senso comum entre os economistas, que prever inflação é influenciar o comportamento econômico dos agentes.

Estamos habituados a pensar nos preconceitos, estereótipos e discriminações através da idéia de profecias que se auto-realizam – as imagens negativas, as atitudes discriminatórias acabam produzindo sua própria confirmação – e, sem dúvida, é uma tarefa fundamental desconstruí-los. Contudo, é preciso considerar também que as previsões proféticas podem tornar as próprias profecias irrealizáveis. A plausibilidade dos cenários que montamos para o futuro da velhice dependerá muito do modo como os indivíduos, em função dessas previsões, forem convencidos de qual pode ser o seu destino e das práticas por eles postas em ação.

Transformar os problemas da velhice em responsabilidade individual e apontar a inviabilidade do sistema de financiamento dos custos da idade avançada é recusar a solidariedade entre gerações, impondo aos que vão ficar velhos um novo programa de preparação, capaz de redirecionar as realidades antecipadas.

Por outro lado, certamente o nosso leque de escolhas é ampliado quando as identidades implicam tomadas de decisões biográficas, quando o corpo pode ser amplamente formatado de modo a produzir a aparência desejada, quando as fronteiras entre o saber leigo e o saber dos *experts* tendem a se embaçar, pois a mídia nos familiariza com o mundo da ciência, com suas descobertas e com os conflitos que elas produzem entre os próprios especialistas.

É preciso reconhecer, no entanto, que se a responsabilidade individual pela escolha é igualmente distribuída, os meios para agir de acordo com essa responsabilidade não o são. A reprivatização da velhice transforma o direito de escolha num dever de todos, em uma realidade inescapável a que estamos todos condenados.

A liberdade de escolha, mostra Bauman (1997) com toda a razão, é um atributo graduado, e acrescentar liberdade de ação à desigualdade fundamental da condição social, impondo o dever da liberdade sem os recursos que permitem uma escolha verdadeiramente livre é, numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, uma receita para uma vida sem dignidade, repleta de humilhação e autodepreciação.

O multiculturalismo, colocando ênfase na crítica aos estereótipos e discriminações, complexificou nossos sentimentos e nossa percepção das outras formas de exclusão além daquelas dadas pela desigual-

dade econômica. A sociedade brasileira é hoje muito mais sensível e tem aberto espaços para que experiências inovadoras de envelhecimento possam ser vividas. O sucesso dessas experiências não pode dissolver os dramas da velhice no descuido de alguns que foram impossibilitados de experimentar esses novos espaços, adotando estilos de vida e formas de consumo adequadas. No curso da vida pós-moderno, especialmente quando está em jogo a velhice avançada, estão envolvidos processos de acirramento das hierarquias e a criação de novos padrões de desigualdade e intolerância.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1991.
- BAUMAN, Z. *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- CANCHIONI, M. *Envelhecimento Bem-sucedido e a Participação numa Universidade para a Terceira Idade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 1997 (mimeo.).
- DEBERT, G. G. "A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 34, 1997.
- _____. "A Antropologia e o Estudo dos Grupos e das Categorias de Idade", in M. M. Lins de Barros (org.), *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. e SIMÕES J. A. "A Aposentadoria e a Invenção da Terceira Idade", in G. G. Debert (org.), *Antropologia e Velhice*, Col. Textos Didáticos, Campinas, IFCH, Unicamp, 1994.
- DOUGLAS, M. e WILDAVSKY, A. *Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley, University California Press, 1983.
- EISENSTADT, S. N. *De Geração a Geração*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- _____. *La Soledad de los Moribundos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- FEATHERSTONE, M. "O Curso da Vida: Corpo, Cultura e Imagens do Processo de Envelhecimento", in G. G. Debert (org.), *Antropologia e Velhice*, Col. Textos Didáticos, Campinas, IFCH, Unicamp, 1994.
- FORTES, M. "Age, Generation and Social Structure", in D. Kertzer e J. Keith (orgs.), *Age and Anthropological Theory*. Ithaca, Cornell University Press, 1984.
- GIDDENS, A. *As Transformações da Intimidade — Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo, Editora da Unesp, 1992.
- _____. *Modernity and Self Identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge, Polity Press, 1992a.
- GUERREIRO, P. "A Universidade para a Terceira Idade da PUCCAMP". Monografia de Graduação, IFCH, Unicamp, 1993 (mimeo.).
- HELD, T. "Institutionalization and Deinstitutionalization of the Life Course", in *Human Development*, nº 29, 1986.
- KOHLI, M. e MEYER, J. W. "Social Structure and Social Construction of Life Stages", in *Human Development*, nº 29, 1996.

LIMA, M. A. *A Gestão da Experiência de Envelhecimento em um Programa para a Terceira Idade*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1999 (mimeo.).

MEYROWITZ, J. *No Sense of Place — The Impact of Eletronic Media on Social Behavior*. Oxford, Oxford University Press, 1985.

MOODY, H. R. "Overview: What is Critical Gerontology and Why is it Important?", in T. R. Cole et al. (orgs.), *Voices and Visions od Aging — Toward a Critical Gerontology*. New York, Springer Publishing Company, 1993.

PEATRIK, A. M. "Introduction", in *L'Homme, Revue Française d'Anthropologie*, nº 134, 1995.

PIRES, A. *Velhos em Revista: Envelhecimento e Velhice nas Páginas de Cláudia e Playboy, Anos 80 e 90*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1998.

SEEGER, A. *Os Índios e Nós*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

TURNER, B. "Recent Developments in the Theory of the Body", in M. Featherstone et al. (orgs.), *The Body — Social Process and Cultural Theory*. London, Sage Publications, 1992.